



PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL - P M N

PROGRAMA **33 DE GOVERNO**

ELEIÇÕES 2010

Sujeito a alteração

ELEIÇÕES:

1 - GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR DO RS

2 - DEPUTADOS ESTADUAIS RS.

3 - DEPUTADOS FEDERAIS PELO RS.

4 - SENADOR E SUPLENTE.

Elaborado por:

A- Carlos Otávio Schneider;

B- Aírton Correia Schuch;

C- Aquillino Dalla Santa Netto.

Resumo Estatístico RS - Estado

O **RESUMO ESTATÍSTICO** apresenta mapas e indicadores selecionados que possibilitam uma visão sintética da situação sócio-econômica do Rio Grande do Sul, da Região Metropolitana de Porto Alegre e dos municípios gaúchos com mais de 100 mil habitantes .

Rio Grande do Sul

População Total (2008)	10.727.937 habitantes
Área (2008)	281.748,5 km ²
Nº. de municípios	496
Densidade Demográfica (2008)	38,1 hab/km ²
Taxa de Analfabetismo (2000)	6,65 %
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	72,05 anos
Coefficiente de Mortalidade Infantil (2007)	12,73 por mil nascidos vivos
PIBpm (2009)	R\$ 203 Bilhões
PIB per capita (2009)	R\$ 18.813
Exportações Totais (2008)	US\$ FOB 18.460.072.037
ICMS (2008)	R\$ 14.825.153.675

Municípios do Rio Grande do Sul com mais de 100 mil habitantes - 2007

- [Alvorada](#)
- [Bagé](#)
- [Cachoeirinha](#)
- [Canoas](#)
- [Caxias do Sul](#)
- [Gravataí](#)
- [Novo Hamburgo](#)
- [Passo Fundo](#)
- [Pelotas](#)
- [Porto Alegre](#)
- [Santa Cruz do Sul](#)
- [Santa Maria](#)
- [São Leopoldo](#)
- [Sapucaia do Sul](#)
- [Rio Grande](#)
- [Uruguaiana](#)
- [Viamão](#)

SUMÁRIO PROGRAMÁTICO

1 - Ações propostas para o Ser Humano - (1º círculo)

1.1 – Promover a paternidade responsável.

1.2 – Promover a disponibilidade alimentar.

1.3 - Promover a saúde preventiva.

1.4 - Promover a alfabetização.

2 – Ações propostas para a Família - (2º círculo)

2.1 – Promover a habitação.

2.2 – Promover a geração de postos de trabalho.

2.3 – Promover o desenvolvimento profissional.

2.4 – Promover a Previdência Social.

3 – Ações propostas para o Município - (3º círculo)

3.1 – Promover a municipalização dos tributos.

3.2 – Promover a infra-estrutura de saneamento e transporte público.

3.3 – Promover a excelência em Gestão Pública Municipal.

3.4 – Promover a excelência em Meio Ambiente.

4 - Ações propostas para o Estado - (4º círculo)

4.1 – Promover a infra-estrutura de logística, energia, comunicações.

4.2 - Promover a excelência em Educação.

4.3 – Promover a excelência em Saúde.



4.4 – *Promover a excelência em Segurança.*

4.5 – *Desempenho econômico e Social*

5 - Ações propostas para a Nação - (5º círculo)

5.1 – *Promover a Reforma Federativa.*

5.2 – *Promover a Reforma Política.*

5.3 – *Promover a Reforma Tributária.*

5.4 – *Promover a Reforma do Sistema Carcerário.*

5.5 – *Finanças Públicas e Orçaemnto.*

1.1– Promover a paternidade responsável

Como Base da Estrutura Familiar.

Introdução.

A primeira constatação é de que a população do Brasil, dito pobre, cresce 4,3% ao ano, disfarçando o índice demográfico pelo qual a população do Brasil cresce 1,6% ao ano. Nos bolsões de miséria do Brasil, o número de filhos por mulher se iguala ao dos mais pobres países africanos.

Para definir a taxa de fecundidade "ideal", que aponta para a estabilização do crescimento populacional de um país, demógrafos partiram de um pressuposto simples: de que crianças são geradas por duas pessoas que, um dia, irão morrer e deverão, portanto, ser substituídas por outras duas. A chamada "taxa de reposição" é por esse motivo, de 2,1 filhos por mulher.

O Brasil já teve uma média quase três vezes superior a essa. Hoje, as famílias têm, em média, 2,3 crianças - índice bem próximo do necessário para o equilíbrio populacional. Estaria tudo muito bem se não fosse o fato de que essa aparente normalidade escamoteia uma realidade preocupante: a de persistirem no mapa brasileiro regiões onde as mulheres têm um bebê por ano e chegam ao fim de sua vida fértil com mais de vinte filhos, reproduzindo um quadro semelhante ao exibido por países miseráveis do continente africano e asiático.

Mais grave que isso: diferentemente do que ocorria até pouco tempo atrás, esse bolsão de descontrole populacional não se situam apenas em rincões, mas nos grandes centros urbanos também - as favelas se tornaram ilhas de explosão demográfica dentro das metrópoles. Um dado extraído do censo do IBGE indica que, na última década, a população das favelas aumentou num ritmo quase três vezes superior à média brasileira.

Ao decompor os fatores responsáveis pelo crescimento populacional nesses bolsões, os pesquisadores concluíram que a razão principal (**com peso de 35%**) foi o aumento da fecundidade, seguido pela imigração (com peso de 17%). Uma projeção feita pela Fundação Getúlio Vargas indica que a população favelada brasileira irá mais do que dobrar nos próximos dez anos: poderá chegar a 13,5 milhões de pessoas caso o ritmo de crescimento populacional nessas áreas permaneça estável.

Há muito que se sabe que é um equívoco creditar ao simples aumento da fecundidade o crescimento da pobreza e da desigualdade. Números comprovam, porém, que existe um vínculo estreito entre o crescimento populacional e o desenvolvimento de uma economia.

As mais pobres regiões brasileiras são as que têm as mais altas taxas de fecundidade. Nas mais ricas, é o oposto. O mesmo ocorre no âmbito das famílias: **em lares onde a renda per capita não supera 1/4 do salário mínimo, há em média CINCO filhos. Quando essa renda ultrapassa cinco salários mínimos, predomina o filho ÚNICO.**

O alto número de filhos seria a razão da pobreza ou sua conseqüência? As duas coisas, respondem os especialistas. As altas taxas de fecundidade funcionam como uma espécie de combustível que faz girar um ciclo perverso de miséria. O Brasil já exhibe uma queda consistente nas taxas de crescimento populacional. Embora o crescimento populacional continue caindo, as regiões pobres, e, sobretudo, as favelas, vêm agravarem-se fenômenos que



apontam na direção contrária, como o aumento de gravidez na adolescência, por exemplo. O último censo mostrou que mulheres de baixa renda estão tendo filhos cada vez mais cedo. Nos últimos dez anos, aumentou em 42% o número de mães pobres na faixa de 15 a 19 anos. A ação do governo tem de ser precisa e baseada em estudos que ataquem problemas localizados como esse.

*.
Ou seja, regiões e/ou municípios com diferentes níveis de instrução e riqueza têm de ser alvo de políticas específicas.*

A Proposta.

*.
Além de motivar e realizar um projeto específico para o planejamento familiar e controle de natalidade a nível municipal, com acesso legal a todas as alternativas e métodos anti-conceptivos (diu, vasectomia, laqueadura, etc), realizar igualmente uma campanha permanente sobre a precocidade da gravidez durante a adolescência e suas conseqüências.*

Conclusão.

*.
A essência cristã de desenvolvimento não pode continuar permitindo que a estrutura social do Rio Grande se deteriore cada vez mais por inobservância de preceitos básicos educacionais e culturais, a começar pelo ato de geração da vida e suas conseqüências posteriores, tanto do ponto de vista social como, e com igual intensidade, do ponto de vista econômico.*

1.2 – Promover a Disponibilidade Alimentar.

Como Meio de Satisfazer a Necessidade Básica do Ser Humano.

Introdução.

A disponibilidade de alimentos básicos para permitir o desenvolvimento do Ser Humano, já em sua fase conceitual e, posteriormente em sua fase de desenvolvimento físico, é uma das premissas básicas para uma comunidade justa socialmente.

Entretanto, além da injustiça de empobrecimento pela paternidade irresponsável, as populações carentes sofrem uma desproporcional ameaça em sua alimentação pelo caráter tributário do atual sistema, onde os produtos da cesta básica são taxados numa amplitude de 18 a 45 % (Exemplos: Leite = 33,63%; Café Solúvel = 36,52%; Biscoito = 38,50%; Carne bovina = 18,67%; Feijão = 18,00%; Macarrão = 35,20 %; Sabão em pó = 42,27 %, etc – fonte IBPT).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em pesquisa realizada no Brasil e publicada em 2004, Alimentação é 1º maior gasto da família.

Em %

- Alimentação = R\$ 284,30 (37,2%)
- Habitação = R\$ 223,40 (29,2%)
- Saúde = R\$ 143,10 (18,7%)
- Educação = R\$ 70,20 (9,2%)
- Outros = R\$ 43,56 (5,7%)
- Total = R\$ 764,56

A Proposta.

Promover condições para a isenção total de impostos e taxas, ajustando-se a economia à tributação pela movimentação financeira.

Implantar o Programa Comida Urgente, um programa abandonado na cidade de Novo Hamburgo que havia sido contemplado como um dos mais perfeitos programas alimentares no mundo. Por motivos que não merecem análise neste programa, o presente Pacto Social Eleitoral vai resgatar em sua origem a implantação do “COMIDA URGENTE”. Não como um programa do Bolsa Família que não é um programa em nosso entendimento que atenda a dignidade da pessoa humana e sim, um programa de envolvimento de toda a comunidade gaúcha em homenagem da erradicação da fome.

Conclusão

Considerado como utópico, o imposto único, sobre a movimentação financeira, é socialmente factível e distribui seu peso de maneira proporcional a capacidade de remuneração.

1.3- Promover a saúde preventiva

Permitir o Pleno Desenvolvimento Físico do Ser Humano

Introdução.

A Organização Mundial da Saúde realizou pesquisa, publicada em maio / 2004, que dá uma real situação da Saúde Pública nacional. O perfil traçado pela pesquisa coordenada pela OMS.

Grau de satisfação com o serviço de saúde no Brasil. Em %.

- Muito satisfeito = 8,5 %
- Satisfeito = 18,7 %
- Regular = 15,0 %
- Insatisfeito = 21,8 %
- Muito insatisfeito = 36,00 %

Saúde é o 3º maior gasto da família. Em %

- Alimento = R\$ 284,30 (37,2%)
- Habitação = R\$ 223,40 (29,2%)
- **Saúde= R\$ 143,10 (18,7%)**
- Educação = R\$ 70,20 (9,2%)
- Outros = R\$ 43,56 (5,7%)
- Total = R\$ 764,56

Remédio lidera gasto com saúde. Em %.

- **Medicamentos = 32 %**
- Plano de saúde = 25 %
- Dentista = 16 %
- Óculos e próteses = 8 %
- Internação = 7%
- Exames = 4%
- Consulta médica = 4 %
- Terapias = 3 %
- Outros = 1%

Obesidade afeta 10% da população. Em %

- Obesos = 10,1 %
- Com sobrepeso = 28,5%
- Normal = 56,4%
- Abaixo do peso = 5,0%

População sem a dentição completa, por idade. Em %.

- 18 a 34 = 2,3 %
- 35 a 49 = 8,2%
- 50 ou mais = 37,8 %
- Total = 14,4 %

Pessoas que fumam diariamente faixa etária, Em %:

- 18 a 34 = 15,2 %
- 35 a 49 = 22,8%
- 50 ou mais = 17,4%
- Total = 18,1 %

Pessoas que beberam ao menos cinco doses na semana anterior à pesquisa, por faixa etária, Em %:

- 18 a 34 = 17,4 %
- 35 a 49 = 16,1 %
- 50 ou mais = 15,4 %
- Total = 14,8 %

Acrescente-se a estes quadros a informação que o principal problema ambiental brasileiro, embora apareça nas agendas internacionais o Brasil com uma grande visibilidade no que diz respeito ao uso ou mau uso de suas florestas, da biodiversidade, o principal problema ambiental brasileiro é um problema urbano. As populações urbanas, a degradação das condições de vida de um crescente contingente de população que, no Brasil, já chega a pouco mais de 80%, vivendo em aglomerações, seja em pequenas cidades, seja em grandes metrópoles, vão se degradando cada vez mais.

O principal problema, em termos de meio ambiente, **é a falta de condições sanitárias**, a falta de saneamento ambiental urbano: água, esgoto, águas fluviais nas cidades e coleta e tratamento adequado do lixo. Enquanto não resolvermos esses problemas, de forma universalizada em nosso país, não podemos dizer que resolvemos minimamente as condições de habitação das populações brasileiras. E 4/5 dos brasileiros estão nestas condições.

A Proposta.

Iniciar um Programa de Saúde Preventiva, pela ação de agentes de bairro e quarteirão, levando informação às populações urbanas, em áreas definidas pelos municípios, ao mesmo tempo em que se amplia a

- Distribuição de água e tratamento de esgoto e
- Coleta e tratamento de lixo.

Conforme dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) cada dólar investido em saneamento economiza três dólares em atendimentos em saúde.

Conclusão.

Muito se tem falado sobre a necessidade de um crescimento social, mas o mesmo torna-se nulo, quando defrontamos com a realidade dos números e pelas prioridades e valores dos orçamentos públicos correspondentes.

1.4- Promover a alfabetização

Base do Desenvolvimento Social do Ser Humano

Introdução.

Com 6,1 % de sua população de 10.500.000 habitantes, sendo considerados analfabetos (640.500 pessoas) e 22,3 % sendo considerados analfabetos funcionais (2.341.500 pessoas) não é difícil verificar que sendo de 20 alunos uma classe média por professor, e que a Alfabetização pode levar entre 6 a 10 meses, vamos chegar a números estarrecedores e de uma pungente realidade no Rio Grande do Sul.

Para eliminarmos o Analfabetismo, em cinco anos temos necessidade:

640.500: 5 anos = 128.100 alunos a serem alfabetizados cada ano o que pressupõe uma necessidade de salas e professores como sendo

128.100: 20 = 6.405 professores adicionais ao atual quadro de 108.000 mestres.

Acrescente-se a este quadro a necessidade de qualificar os analfabetos funcionais, no mesmo período, temos então:

2.341.500: 5 = 468.300 alunos a serem re-inseridos no sistema educacional do Ensino de 1º grau, ou seja, uma necessidade de

468.300: 20 = 23.416 professores (e salas) adicionais aos 6.405 perfazendo um total de 29.911 professores

A Proposta.

Uma vez estruturada a Qualificação do Magistério, buscar associação com os meios de comunicação (vide Projeto do Grupo Sinos – Alfabetizar) e através da infra-estrutura existente de salas de aula da rede pública, promover ação junto às municípios para que, de comum acordo, coloquem a Erradicação do Analfabetismo como Prioridade Educacional.

Conclusão.

É muito difícil conseguir o desenvolvimento econômico e social quando cerca de 28,4% da população não tem condições de conhecer, observar e/ou contribuir para instruções e orientações por escrito.

2.1 – Promover a Habitação

Como Referência da Célula Social Familiar

Introdução.

Considerando apenas a necessidade básica de ter um endereço e teto, verifica-se que está sendo atingido um universo de serviços que pode chegar a cerca de 85% da população, visto ser a densidade urbana gaúcha de 81,6% , com 3.050.000 domicílios, mas ainda com uma carência habitacional de 310.000 moradias (2000). Nas moradias o acesso à água corresponde a 79.7% e apenas 68,4% tem acesso á rede de esgoto.

Segundo a OMS, em pesquisa realizada no Brasil e publicada em 2004, habitação é 2º maior gasto da família. Em %

- Alimentação = R\$ 284,30 (37,2%)
- **Habitação = R\$ 223,40 (29,2%)**
- Saúde = R\$ 143,10 (18,7%)
- Educação = R\$ 70,20 (9,2%)
- Outros = R\$ 43,56 (5,7%)
- Total = R\$ 764,56

A Proposta

Em concordância com Saneamento e Transporte, incentivar a criação de cooperativas habitacionais, com facilidades de crédito e de construção. Padrões construtivos são adaptados a cada região, visando diminuir custos e reduzir o déficit habitacional.

Conclusão –

Uma necessidade básica existencial humana, o abrigo transformado em habitação e com endereço fixo torna-se residência, o que motiva e agrega famílias e a correspondente comunidade.

2.2 – Promover a Geração de Postos de Trabalho

Visando a Auto-sustentabilidade da Família.

Introdução.

A necessidade de valorizar a produção e sua conseqüente geração de postos de trabalho é uma das prioridades na ação social da sociedade.

Atualmente, os níveis de desemprego nas diversas regiões metropolitanas do Brasil variam entre algo em torno de 15 % a 25 %, dependendo da região e da sazonalidade da produção. Entretanto, este número esconde a dura realidade que na faixa etária dos 15 aos 24 anos, o desemprego atinge valores constrangedores entre 40 % a 55 %, criando uma grande desesperança na juventude, ao mesmo tempo em que desvia uma parcela considerável para a marginalidade.

Culturalmente a nação tem deixado o ensino profissionalizante diminuir sua capacidade de absorção de “aprendizes” e as estatísticas de recrutamento de estagiários bem retratam esta outra faceta perversa para com a juventude.

A Proposta.

Priorizar o ensino técnico profissional, pelo sistema dual (exemplo = Alemanha), pela criação de escolas profissionalizantes no âmbito dos Coredes, levando em conta as características produtivas do mesmo, ao mesmo tempo em que se estrutura através da UERGS, o corpo de professores para atender esta demanda.

Hoje em dia, pelas características e difusão dos estágios, já se pode aferir as demandas por profissão e por região ou cidade, o que permite alocação de recursos de modo prioritário. Os estágios, por sua vez, devem ser mais bem avaliados e seu uso intensivo não deve prejudicar a inserção de profissionais no mercado de trabalho. Um percentual máximo de estagiários em relação ao número de funcionários é uma medida saneadora desta questão.

Como característica fundamental e geral, existe a necessidade de uma inclusão digital maciça nos anos do ensino secundário, o que, num estágio posterior, deverá ser estendido ao ensino primário.

Evidentemente que sendo uma proposta de investimento, a mesma teria de ter continuidade por um espaço de tempo que transcende ao período de um governo, devendo ser um compromisso não apenas dos governantes, mas um compromisso da sociedade para consigo mesmo.

Conclusão.

Uma das grandes constatações atuais de causa e efeito do elevado percentual de desempregados é a falta de qualificação dos solicitantes, em especial na juventude que busca seu primeiro emprego. Por outro lado, a excessiva carga fiscal inibe a contratação de mão de obra, criando-se um círculo vicioso de uso de estagiários e de baixa qualificação dos mesmos.

2.3 – Promover o Desenvolvimento Profissional

Pela Adaptação Profissional ao Mercado de Trabalho.

Introdução.

Os elevados índices de desemprego e as demandas atendidas através do segmento de estágios refletem uma distorção na estrutura do Ensino Secundário gaúcho, qual seja, a falta de uma definição profissional na relação de aprendizado. Os poucos institutos de ensino que assim procedem, tornam-se pólos de aglutinação de uma grande parcela da população jovem, a qual não consegue, entretanto, completar sua instrução devido ao crônico problema de falta de vagas.

Atualmente o RS tem 463.410 alunos no ensino médio, 338.913 no ensino superior e somente 77.858 em cursos técnicos (2007). Uma das conseqüências deste desvio de prioridades está no fato que cerca de 45% dos jovens entre 15 e 24 anos está desempregado.

A Proposta.

Criar condições para implantação do Sistema Dual em cada Coredes do Rio Grande do Sul, visando adequar o ensino médio às necessidades do mercado de trabalho, num prazo máximo de 10 anos.

Conclusão.

O desenvolvimento econômico e social passa, necessariamente, por uma adequação dos conteúdos didáticos à realidade do mesmo.

Informática, e cursos rápidos de “aprendizes” são motivadores para quem os faz e promissores para quem contrata.

2.4 – Promover a Previdência Social.

A justiça social pela formalização dos postos de trabalho

Introdução.

A informalidade da economia nacional é maior que a sua definição formal, se considerarmos os postos de trabalho. Em 2007, cerca de 54% das pessoas que ocupavam um posto de trabalho, o faziam de maneira informal, com as correspondentes conseqüências sobre Previdência Social, controle de origem de produção (pirataria) e desvio de ações para atos ilícitos (tráfico e/ou contrabando). Por outro lado, a taxa de mortalidade de empresas no Brasil revela que 49,9% das empresas encerram as atividades com até 2 anos de existência. O Programa 20, de modo similar a Agenda 2020, propõe a criação de condições favoráveis à educação direcionada ao empreendedorismo.

A Proposta.

Implantar um sistema integrado de informações e avaliação, em parceria com instituições governamentais e não-governamentais, que oriente a política educacional para satisfazer as necessidades regionais de formação profissional.

Aumentar o Índice de micro e pequenas empresas participantes em sistemas de avaliação de gestão (Talentos empreendedores; PGQP; etc);

Implantar um sistema de registro de informações de cursos de formação inicial e continuada, como meio de quantificar metas para a ampliação e melhoria da qualidade da modalidade de ensino profissional.

Conclusão.

A geração formal de postos de trabalho e seu preenchimento por profissional qualificado são a base de uma sociedade justa e socialmente equilibrada. O Estado será afastado em tese de ser cabide de emprego. Os cargos técnicos devem ser preenchidos com profissionais habilitados, registrados a fim de tratar da eficiência e da profissionalização do trabalho na esfera pública.

3.1 – Promover a Municipalização dos Tributos.

Introdução.

A crescente participação governamental no PIB, alcançando o nível de cerca de 40 % do mesmo, tem sido, talvez, o maior empecilho, juntamente com a política econômica praticada com os juros, do desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.

Esta distorção tem se agravado recentemente com a Reforma Tributária, que, de modo indireto, voltou a aumentar a participação do governo na economia. Acrescente-se ao custo direto dos 56 impostos cobrados, a necessidade das empresas e profissionais de estarem atualizados com a legislação e em dia com as contribuições e verifica-se o grande esforço do segmento produtivo para manter uma estrutura que não tem correspondido às demandas geradas.

A economia informal é outra evidência da pouca efetividade da arrecadação e de seu sistema, pois cerca de 45 % da economia não tem contribuído em nada para a receita, seja ela em qualquer nível.

A Proposta.

Considerado por muitos como uma utopia fiscal, a implantação do Imposto Único sobre a movimentação financeira permite uma grande facilidade de arrecadação através das agências bancárias, diretamente transmitidas ao poder municipal em um percentual pré-definido e ao poder estadual e federal de modo semelhante. Entretanto esta matéria ainda não mereceu sua devida análise técnica. A CPMF foi extinta pelo Senado Federal, assim, a proposta deve estar em breve análise para sua reavaliação na esfera federal.

Uma vez implantado, o Imposto Único que deverá ser tratado em nosso governo,este, traz uma facilidade de entendimento de sua captação, reduz a informalidade praticamente a zero, a sonegação a níveis baixíssimos e atinge, de modo diretamente proporcional, os valores movimentados

Os esforços também serão centrados na redução do ICMS sobre a cesta básica de alimentos e construção civil. Deverá ser apreciada a redução para alíquota zero dos produtos da linha branca para os micros e pequenos agricultores que vivem do programa do PRONAF.

Conclusão.

Como se trata de uma concepção totalmente nova no sistema tributário, é evidente que são grandes as resistências a sua implantação, mas considerando o sistema financeiro como órgão arrecadador, sua simplicidade acaba por prevalecer sobre todos os demais conceitos.

3.2 – Promover a infra-estrutura de saneamento e transporte público.

Introdução.

Sucessivamente tem-se encontrado o governo em investimentos completamente fora de seu foco principal de fundo social. As participações governamentais em empresas de economia mista ou mesmo estatais já não mais se justificam, em um momento em que o poder público carece de recursos para enfrentar seus próprios objetivos.

Entretanto, ao assumir investimentos relacionados não com o caráter produtivo, mas com a infra-estrutura para permitir o investimento produtivo, tem-se a objetivação de metas e a concentração dos recursos em obras e serviços que igualmente podem ser compartilhadas com a iniciativa privada das mais diversas formas.

Considerando apenas os itens acima definidos verifica-se que está sendo atingido um universo de serviços que pode chegar a cerca de 85% da população, visto ser a densidade urbana gaúcha de 81,6% , com 3.050.000 domicílios, mas ainda com uma carência habitacional de 310.000 moradias (2000). Nas moradias o acesso à água corresponde a 79,7% e apenas 68,4% tem acesso á rede de esgoto.

A Proposta.

Em realidade a Proposta está definida em cinco itens fundamentais, dos quais os mais importantes se relacionam diretamente com o município, e os demais com o Estado. No caso do município, a saber:

- **Saneamento** – Considerar a água como um bem comum e seu tratamento e distribuição uma necessidade social e um dever do Estado harmonizar a integração do desenvolvimento econômico sustentável e ecologicamente equilibrado. Buscar medidas efetivas para a legislação deste recurso e sua implantação ordenada e sem atropelos ou intransigência que privilegiam um setor mais que outro. Deverá haver a íntima relação a seu tratamento posterior do equilíbrio do desenvolvimento integrando o homem ao meio ambiente. Buscar soluções integradas de recolhimento, preparo e destino do lixo urbano. Destaque para o lixo hospitalar, radioativo, polietileno e poliuretano.
- **Transporte** – Priorizar o transporte coletivo urbano de passageiros, ao mesmo tempo em que priorizar o transporte ferroviário de cargas, com as possibilidades intermodais hidroviárias. A malha rodoviária deve ser responsabilidade dos Estados, compartilhando as respectivas receitas arrecadadas pela União decorrentes da CIDE. Priorizar a parceria com a iniciativa privada, em todos os investimentos relacionados com transporte, incrementando o escoamento de vias públicas. É comum notar alguns municípios dos Estados estreitando logradouros públicos quando seus administradores mal imaginam suas graves conseqüências.

O gestor público deve ser ousado e predisposto a inovações tecnológicas. Proporcionar aos agentes particulares as facilidades de incrementar fornecimento de serviços aeroportuários cada vez mais acessíveis, seguros, práticos, eficientes. Circulam no local em média 1,5 milhões de veículos por mês, número suficiente para causar um dos maiores congestionamento de automóveis do Rio Grande do Sul. São filas quilométricas sobre rodas, consumindo de forma inútil combustível, retardando compromissos de trabalhadores, provocando acidentes, muitos fatais. Entre as principais vítimas figuram as motocicletas, que no afã furar congestionamentos quilométricos, circulam entre os automóveis e caminhões de forma imprudente, acabando espatifados no asfalto contribuindo para ou aumento dos engarrafamentos e estatísticas trágicas.

Nos dois sentidos da BR 116 ao longo do trecho entre Novo Hamburgo - Porto Alegre e Porto Alegre - Novo Hamburgo, poderiam ser agregado em cada sentido da pista, mais duas faixas de rolagem. Na cidade de Canoas, por exemplo, onde se verifica o maior fluxo de congestionamento, o melhoramento das vias laterais poderia permitir acesso direto à BR 290, a “free way” aos motoristas da cidade alternativa ainda não analisada.



A construção dos viadutos que darão acesso à BR 386, a partir da BR 116, pouco resolverá o problema do congestionamento no trecho de Canoas – Porto Alegre. Mais que isto. Poderá piorar o transporte no local, tendo em vista a invasão ainda maior dos veículos de carga, passageiros e passeio.

Conclusão.

Ao buscar parcerias nos setores de infra-estrutura social, além de estar contribuindo para um aumento da qualidade de vida da população, geram-se empregos especializados, evitando-se um comprometimento excessivo das finanças públicas chamando a participar do processo de desenvolvimento viário, a iniciativa privada como parceiros.

3.3 – Promover a excelência em Gestão Pública Municipal.

Introdução.

A distorção criada pela estrutura atual do governo faz com que as tarefas básicas do mesmo sejam relegadas a um segundo plano e esta é uma constatação cruel da realidade da Gestão Pública Municipal. Como exemplo temos a deterioração das condições de ensino, de saúde, de segurança.

O progressivo empobrecimento dos docentes faz com que a qualidade do ensino, que já foi referência inclusive mundial, seja, atualmente, contestada por vários padrões de aferição, oficiais ou mesmo internacionais, como o caso da UNESCO e do teste PISA. Neste último o Brasil, no ano de 2007, atingiu a 52ª posição, no total de 56 países aferidos.

Uma apreciação dos números da Educação no Estado visualiza uma enorme predominância do ensino público com as correspondentes responsabilidades (2001)

- Educação Infantil = 270.000 (74,5% na rede pública)
- Ensino Fundamental = 1.700.000 (91,5 % na rede pública)
- Ensino Médio = 463.000 (87,5 % na rede pública)
- Ensino Superior = 338.913 (17,0 % na rede pública)
- e somente 78.000 em cursos técnicos (2007).

Uma das conseqüências deste desvio de prioridades está no fato que cerca de 45% dos jovens entre 15 e 24 anos está desempregado.

A Proposta.

Através das Instituições de Ensino Superior, com a coordenação da UERGS, coordenar as necessidades de instrutores e monitores com ênfase na qualidade de serviços municipais.

Adotar padrões de aferição e premiação no ciclo funcional municipal, visando à qualidade total dos serviços e gestão municipais e inserindo, gradativamente, os municípios gaúchos e suas escolas públicas no PGQP, num espaço de tempo não superior a 10 anos.

Conclusão.

Criando objetivos claros e consensuais com a comunidade municipal (funcionários, contribuintes) tornar-se referência continental e mundial em sistema de gestão pública municipal, num período máximo de 10 anos.

3.4 – Promover a excelência em Meio Ambiente Municipal

Introdução.

O desenvolvimento de uma nova matriz produtiva baseada nos recursos florestais e sua transformação (celulose e papel) deverá alterar profundamente a metade sul do RS, nos próximos 20 anos. Entretanto já existem comprometimentos marcantes do esgotamento / poluição de recursos hídricos em vários pólos urbanos gaúchos (Bagé, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Alegrete, apenas para citar alguns). O problema dos resíduos urbanos carece de uma alternativa melhor que o padronizado “aterro sanitário”

A Proposta

Através de um trabalho junto aos educadores ambientais da rede pública municipal e demais agentes públicos locais, aplicar o método "Ver, Julgar e Agir" com a finalidade imediata de construir uma visão crítica sobre o meio ambiente na própria comunidade ou região.

Os focos principais do projeto incluem:

- *Educação ambiental,*
- *Gestão dos recursos hídricos,*
- *Gestão dos resíduos,*
- *Reflorestamento e*
- *Desenvolvimento sustentável da sociedade.*

Conclusão.

A visão simplista que o Meio Ambiente trata apenas dos espaços “verdes” deve ser reformulada para a eliminação da degradação dos espaços urbanos os quais atingem mais de 80 % da população gaúcha.

Entretanto a água deve ser considerada com bem público e seu uso, com o correspondente saneamento, uma prioridade municipal.

4.1 – Promover a infra-estrutura de logística, energia, comunicações.

Introdução.

Sucessivamente tem-se encontrado o governo em investimentos completamente fora de seu foco principal de fundo social. As participações governamentais em empresas de economia mista ou mesmo estatais já não mais se justificam, em um momento em que o poder público carece de recursos para enfrentar seus próprios objetivos.

Entretanto, ao assumir investimentos relacionados não com o caráter produtivo, mas com a infra-estrutura para permitir o investimento produtivo, tem-se a objetivação de metas e a concentração dos recursos em obras e serviços que igualmente podem ser compartilhadas com a iniciativa privada das mais diversas formas.

A Proposta.

Em realidade a Proposta está definida em três itens fundamentais, haja visto que outras prioridades como Habitação está no 2º círculo de prioridades (família) e Saneamento e Transporte de passageiros no 3º círculo de prioridades (município).

- **Transporte e armazenagem** – Priorizar o transporte coletivo urbano de passageiros, ao mesmo tempo em que prioriza o transporte ferroviário de cargas, com as possibilidades intermodais hidroviárias. A malha rodoviária passa ao Estado, o qual deve priorizar a parceria com a iniciativa privada, em todos os investimentos relacionados com transporte. Definir sazonalidade do fluxo de escoamento da produção agrícola e a necessidade de armazenamento
- **Energia** – Priorizar as fontes renováveis e não poluidoras (hidrelétrica, eólica), porém igualmente investindo, caso a caso, na energia térmica a carvão e gás. Buscar alternativas para a energia solar, em conjunto com os grandes conjuntos habitacionais.
- **Comunicação** – Desenvolver uma rede de comunicação compatível com a economia gaúcha, através de concessões e fusões. Utilizar os meios de comunicação no aprendizado básico educacional e inserir as escolas no “mundo virtual”

Conclusão.

Ao buscar parcerias nos setores de infra-estrutura social, além de estar contribuindo para um aumento da qualidade de vida da população, geram-se empregos especializados, evitando-se um comprometimento excessivo das finanças públicas.

4.2 - Promover a excelência em Educação.

Introdução

O RS precisa melhorar seus índices de desempenho escolar no cenário nacional conforme revelam os indicadores nacionais de educação do ensino fundamental e médio. O Programa 20, a semelhança da Agenda 2020, propõe que o RS garanta uma educação básica de qualidade para todas as crianças e jovens gaúchos.

A Proposta

Buscar maior integração entre empresas, instituições de pesquisa, universidades e Governo.

Investir na valorização e qualificação dos professores

Definir e implementar um modelo de educação básica com foco na qualidade e no empreendedorismo.

Conclusão

O Rio Grande do Sul que já tem estruturado o PGQP – Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade, ainda padece de objetivos e metas na busca de melhores índices para a Educação, a qual já foi referência nacional há apenas alguns anos.

4.3 – Promover a excelência em Saúde.

Introdução.

A constante insatisfação com os serviços públicos de saúde e a falta de atendimento especializado na distribuição geográfica do Estado do Rio Grande, faz com que as dificuldades no tratamento de pacientes sejam ampliadas pelo deslocamento dos mesmos para Porto Alegre, na centralização econômica e social deste atendimento.

Pesquisa relacionada com a Saúde e realizada pela OMS indicou:

Grau de satisfação com o serviço de saúde no Brasil. Em %.

- **Muito satisfeito = 8,5 %**
- **Satisfeito = 18,7 %**
- **Regular = 15,0 %**
- **Insatisfeito = 21,8 %**
- **Muito insatisfeito = 36,00 %**

A Proposta.

Criar condições para o atendimento descentralizado à saúde, envolvendo as instituições de ensino superior e o sistema municipal de postos de saúde e hospitais, segundo estatísticas disponíveis e que, em cada região (abrangendo várias regiões dos Coredes) apresentará um centro de excelência no tratamento e prevenção de enfermidades públicas, inclusive epidemias.

A semelhança das atividades relacionadas com o Desenvolvimento Econômico e Social, até duas instituições serão convidadas a participar, em sua região, e de acordo com as prioridades estatísticas, dos Centros Regionais de Saúde Pública.

Tratando-se de um programa educacional e de saúde, sua coordenação esta afeta a Universidade do Estado do Rio Grande do Sul.

Estes Centros de Excelência terão igualmente a responsabilidade de apresentar programas de treinamento e atualização profissional para os Agentes de Saúde, de maneira rotineira e cíclica, bem como sugerir medidas de caráter preventivo nas enfermidades em que atuam de modo coordenado. Não se pode mais admitir que pessoas aguardem em intermináveis filas para serem atendidas de um a dois anos em filas para consultas cardiológicas. Muito menos assistir que pessoas morram nos corredores de hospitais.

Conclusão.

Baseada na tripla ação entre Medicina Preventiva, Agentes de Saúde e Centros Regionais de Saúde Pública, estamos concretizando um programa integrado visando a diminuição dos problemas relacionados com a subsistência e seu atual quadro.

4.4 – Promover a excelência em Segurança.

Introdução.

A Segurança Pública é um dos deveres do Estado que tem sofrido de maneira mais intensa a degradação. A necessidade de ter-se um quadro técnico – operacional motivado e atualizado faz com que os conceitos de Qualidade Total sejam não somente desejáveis, mas, e principalmente, necessários. A superpopulação carcerária (déficit previsto de 10.000 vagas em 2008) aliada a salários e condições de trabalho que privilegiam o físico, relegando o psico a um segundo plano, faz com que a carreira nos quadros de segurança pública seja uma opção pouco solicitada, além de altamente perigosa e conflitante.

A simples definição jurídica que um dos atenuantes ou mesmo decisório item no julgamento de ações e recursos públicos é a comprovação de residência fixa. Fazem décadas que a Europa já realiza os controles de moradia e transferência, sendo que na Escandinávia tal comprovação é pré-requisito para a solicitação de trabalho. A inexistência de tal controle permite que os deslocamentos sejam dentro do princípio de ir e vir, que, entretanto possui exceções gritantes em sua aplicação e conseqüentemente, prejudica a estrutura da atual sociedade riograndense.

Os custos e motivação para a recuperação de detentos esbarram na legislação e na incapacidade dos poderes constituídos e relacionados com o tema, de acharem ocupação e trabalho para os mesmos. Verifica-se que as atuais instalações carcerárias riograndenses são “depósitos” de apenados, verdadeiros antros e academias do crime, de onde os mais perigosos e organizados delinqüentes comandam suas facções criminosas num crescendo cada vez mais assustador.

Entretanto, dentro de princípios de busca de alternativas para a recuperação e para a diminuição dos custos correspondentes, poder-se-ia definir prestações de serviços e trabalhos, dentro dos vários sistemas e regimes de confinamento, fazendo com que a mão de obra carcerária seja utilizada em seu próprio benefício.

Cada vez mais se verifica a reincidência no crime relacionado com morte. As causas para tal fenômeno são várias, mas poderemos citar a degradação das condições prisionais, a legislação permissiva e a falta de ocupação como sendo os principais itens a serem considerados.

A Proposta.

Criar condições para a implantação dos conceitos de Qualidade Total em todos os pelotões da Brigada Militar e em todas as Delegacias da Polícia Civil do Rio Grande do Sul.

Que sejam realizados controles anuais dos residentes nas moradias do município, mediante declaração por ocasião do pagamento do correspondente IPTU, por parte do proprietário do imóvel quer seja ele alugado ou para moradia própria. A inexistência ou falsidade na declaração de residência terá conseqüências jurídicas a serem definidas por cada município, dentro de uma gama de alternativas preconizadas pelo poder legislativo Riograndense.

Criar condições de trabalho, em regime integral, correspondente aos diversos tipos de confinamento, com exclusão dos apenados condenados por morte. Embora seja afeta a legislação federal, esta poderá ser motivada por conta de pólos políticos regionais investidos da representatividade democrática para aplicar tais regramentos amplamente requisitados pela população desprotegida.

Criar condições para que os condenados por morte sejam isolados dos demais detentos e que tenham suas penas cumpridas por inteiro, no regime de isolamento, em Instituições Especiais, devidamente construídas com tal fim.

Conclusão.

O investimento necessário para tal proposta leva em conta as possibilidades de acompanhamento do sistema através do PGQP, e de uso das instalações como sede de instrução para a própria comunidade que é servida pela unidade operacional (Brigada ou Polícia Civil).

Ao realizar o controle de residência e suas correspondentes transferências, o poder público estará inibindo e dificultando o acobertamento de ações de caráter criminoso.

O simples fato de manter os detentos ocupados em regime integral, fará com que as pressões sociais sejam diminuídas, ao mesmo tempo em que definem algumas alternativas de prestação de serviços e treinamentos correspondentes, em ampla relação com a sociedade que abriga a instituição prisional.

Com o isolamento carcerário para condenados por crimes hediondos teremos determinado o real cumprimento da pena.

4.4– Desempenho Econômico.

Introdução

Aqui cabem severas críticas às políticas públicas especialmente se levarmos em conta os desmandos na adoção de políticas predatórias atribuídos a atos de gestão. Com a fuga de empresas para outras regiões do país em detrimento de práticas irresponsáveis levados a efeito pela administração fazendária, merece consideração. Os aspectos administrativos tributários revestem-se também, de comportamento nada recomendável especialmente no tocante ao direito de “aproveitamento de créditos ou ativos financeiros devidos pelo ente político estatal”; emissões ou indeferimento de “CND’s ou CPEDEN’s” injustificadas ou em situações de suspensão de exigibilidades tributárias.

Em 2009 o desempenho da economia do Estado do Rio Grande do Sul refletiu esta realidade.

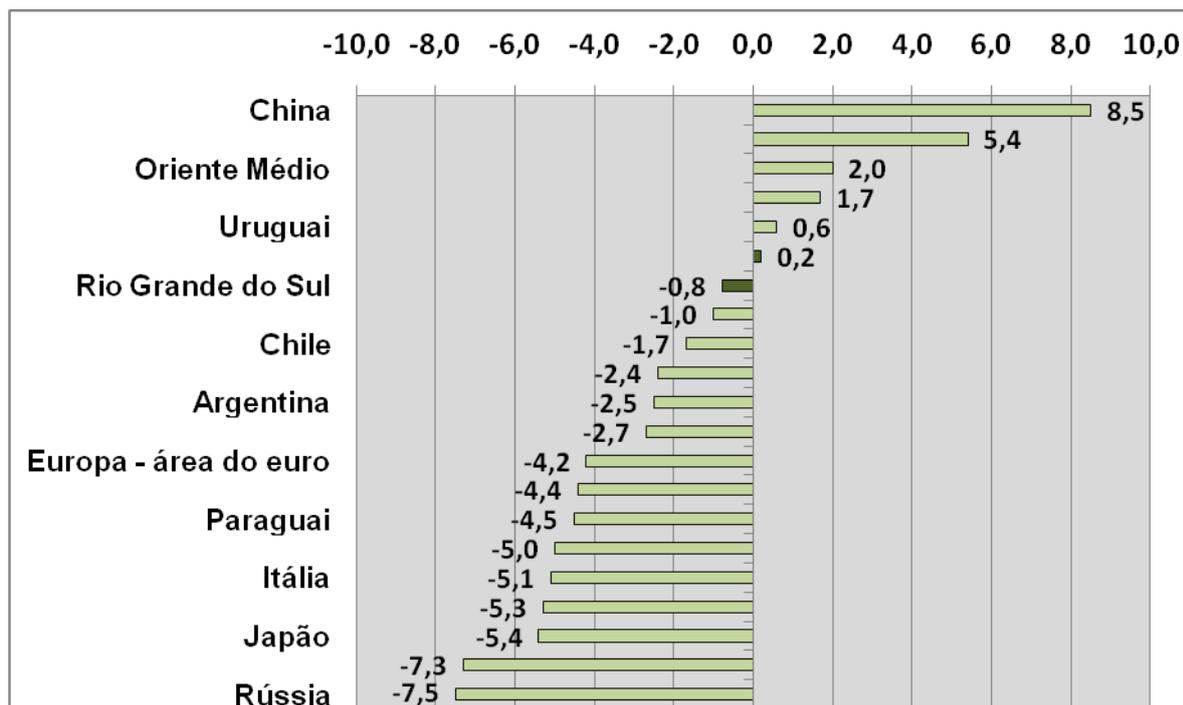
*O **Produto Interno Bruto** estadual voltou desta feita, a registrar desempenho negativo, o segundo na década, com uma taxa de -0,8%, atingindo o valor de **R\$ 203,0 bilhões**. O **Produto Interno Bruto per capita**, por sua vez, apresentou uma redução de 1,6%, atingindo o valor de **R\$ 18,8 mil**. Esses resultados, ainda que negativos, foram bastante reduzidos, se comparados com os resultados vigentes até o final do primeiro semestre do ano. Nesse período, o **Índice Trimestral de Atividade Produtiva (ITAP)**, indicador elaborado pela **Fundação de Economia e Estatística** considerando os desempenhos da agropecuária, da indústria e de serviços, registrou uma queda de 7,0%, com a indústria de transformação apresentado uma redução de 17,6%. Ou seja, os resultados de 2009 podem apontar para um desafio de buscar para o ano de 2010 a ocorrência de forte recuperação da economia no segundo semestre, desde que adotadas as medidas equivocadas especialmente no fortalecimento de políticas industriais incentivadas.*

*A indústria, com 27,54% do total do VAB em 2008, foi o setor mais atingido pela crise internacional, registrando uma queda de 5,3%, que representa a menor taxa da década. No período 1985-09, essa taxa só foi superior às de 1990 (-10,9%), 1995 (-12,7%) e 1998 (-5,6%). Esse desempenho foi resultado, principalmente, da grande redução na indústria de transformação (-9,3%), que foi a atividade mais atingida pela crise que se abateu sobre o Estado a partir dos últimos meses de 2008. No desempenho acumulado até outubro da indústria de transformação, destacam-se as taxas negativas de **máquinas e equipamentos** (-31,8%), **veículos automotores** (-24,5%), **couros e calçados** (-23,3%), **produtos de metal** (-19,6%) e **borracha e plástico** (-19,4%) e as taxas positivas de refino de petróleo e álcool (15,9%) e celulose, papel e produtos de papel (6,6%). As atividades de construção civil (6,7%) e eletricidade, gás e água (3,0%) apresentaram taxas positivas de crescimento.*

A agropecuária, que, em 2008, representava 11,24% do Valor Adicionado Bruto (VAB) total, apresentou o maior crescimento setorial, com uma taxa de 1,2%. O valor da produção da lavoura registrou um decréscimo de 0,3%, com destaque para as quedas nas produções de milho (-20,2%), trigo (-17,0%) e mandioca (-4,3%) e os crescimentos nas culturas de feijão (22,4%), maçã (8,1%), arroz (7,3%) e soja (1,8%). A produção animal foi o destaque do ano na agropecuária, apresentando um crescimento de 4,3% no valor da produção. Ressalta-se a produção de leite, com uma taxa de 10,3%.

O setor serviços, com 61,23% do VAB total em 2008, apresentou um crescimento de 0,9%, com destaque negativo para as atividades de comércio (-2,3%) e transportes (-0,3%). A administração pública (2,3%) e o conjunto dos demais serviços (2,1%) tiveram desempenhos positivos. Projeções do Banco Central apontam um crescimento de 0,2% do PIB nacional em 2009, ou seja, pelo segundo ano consecutivo, um desempenho superior ao do Estado, trazendo, com isso, uma redução da participação do PIB estadual no total do Brasil. É de se destacar a redução da participação da economia gaúcha na do País, a partir de 2003. No período 2003-08, o PIB estadual apresenta um crescimento acumulado de 16,2%, contra 26,5% no País, com a participação passando de 7,33% no início do período para 6,42% no final do período. Considerando os desempenhos verificados em 2009, estima-se uma redução nessa participação para 6,37%.

Comparativamente, o crescimento econômico do Rio Grande do Sul, comparado com alguns países, vem tendo perdas sucessivas do período de 2000 a 2009. Assim não foi somente em função da crise econômica mundial que assolou a economia planetária, mas também por adoção de políticas públicas que mais prestigiaram o equilíbrio das contas públicas a custo social elevado, fato que gerou comportamento indesejado conforme demonstra o quadro abaixo, tema que merece ser trabalhado pelos representantes políticos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, nos termos do atual programa de governo.



Conclusão.

Tema se reveste da exigência de nova roupagem na reformulação de políticas públicas a partir da quebra de alguns paradigmas dos governos anteriores. O Estado deverá se manter afastado no gerenciamento de práticas concorrentes que ofendam ou afetem a ordem constitucional concorrente. Estimular políticas de investimento na indústria de transformação, eliminando a guerra fiscal predatória; afastando empecilhos administrativos; adoção de políticas de aproveitamento de créditos do sujeito passivo da obrigação tributária a fim de que estimular o encontro de contas entre os mesmos.

De nada valem os estímulos aos créditos presumidos decorrentes de legislações inócuas, sem efeito prático ou de meias medidas. Créditos são créditos e assim, se devidamente reconhecidos, ou líquidos certos e exigíveis, a sua aceitação na oposição do encontro de contas desde que credor e devedor se confundam. A prática não se coaduna com créditos autárquicos, embora pertencentes ao ente político em sua peça orçamentária.

5.1 – Promover a Reforma Federativa.

Introdução.

O Brasil não pode conferir todos os poderes à União, em detrimento dos Estados e Municípios. Impõe-se uma discussão sobre uma nova estrutura administrativa. Deve haver uma fixação do que cabe a cada um dos entes federativos, transferindo da União competências específicas que hoje não deveriam ser suas, como aquelas das áreas da Educação, Saúde, etc. Aos municípios caberiam tais atribuições, reservando-se aos Estados competências em congregação com Municípios.

À União incumbe cuidar dos grandes interesses nacionais, podendo intervir, quando seja o caso, com estímulos a cada Estado ou Município para que prestem melhores serviços. Nesse sentido caberia à União, em especial:

- *O relacionamento internacional*
- *A guarda de fronteiras*
- *O combate ao tráfico e outros crimes internacionais*
- *A manutenção da Polícia Federal, Ministério Público e Justiça Federal.*
- *Representação Diplomática com Estados Estrangeiros.*

Todo o mais compete aos entes federativos. Por consequência, deve haver a repactuação dos recursos tributários, ou seja, mantidos em sua origem, invertendo-se a via de arrecadação e destino. As estradas, vias férreas, portos, toda estrutura viária deve ser transferida aos Estados. A eles incumbe cuidar de tais assuntos. Escoamento de produção, tudo que for cabível e resultante de amplo debate deve ser matéria de entes federativos menores, ou seja, dos Estados Federados.

A eficiência da máquina administrativa está vinculada à sua organização para a maximização dos resultados.

A Proposta.

Realização de plebiscito, reestruturando a organização do Estado, permitindo que o mesmo legisle sobre suas necessidades sociais, econômicas e ambientais, em concordância com a coordenação das ações intermunicipais e regionais através dos Conselhos Regionais do tipo Coredes, ampliando a captação a nível municipal, permitindo a auto-sustentabilidade dos Municípios. No atual modelo, não há mais lugar para que prefeitos e governadores mendiguem rendas pertencentes a estes entes políticos em Brasília, sem que estas se efetivem. Há um distanciamento enorme entre as realidades sócio-política-cultural e social de Norte à Sul do País. Cada região requer políticas distintas na administração de cada ente federativo. Aqui não cabe qualquer tipo de conceito ou preconceito, muito menos de maquiavélicas obstruções legislativas a fim de despir os povos culturalmente identificados de suas culturas, como se verifica hoje no atual modelo sócio-político brasileiro. Há que se reverter tal quadro com a participação efetiva de todas as instituições sociais.



Conclusão.

O reconhecimento do Município como célula básica de estrutura política e as demandas oriundas de suas comunidades exigem que os recursos disponíveis sejam angariados e alocados prioritariamente nos mesmos, simplificando e invertendo a pirâmide tributária. A função do Estado se faz pela necessária coordenação entre as ações municipais, em especial nas áreas de abrangência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes).

5.2 – Promover a Reforma Política

Introdução.

A constante presença dos entes políticos na mídia e a progressiva percepção negativa dos mesmos por parte dos eleitores, enseja a necessidade de ações que visem a valorização do “Ser humano em primeiro lugar” com a retomada de valores éticos e morais condizentes com a cultura e tradição cristã e com os anseios da sociedade representada nas diversas esferas do poder por estes mesmos organismos e participantes.

A Proposta.

Promover e apoiar ações que permitam a Reforma Política com as seguintes iniciativas:

- *Término da reeleição no poder executivo*
- *Aumento no prazo de mandatos de cargos eletivos de 4 para 5 anos, com concordância de todos os pleitos.*
- *Proibição de coligações em eleições proporcionais.*
- *Proibição da reeleição, por mais de três mandatos, em eleições proporcionais.*
- *Financiamento público de campanha*
- *Voto em lista fechada, elaborada pelos Partidos.*
- *Voto Distrital Misto, cabendo dois votos por eleitor (um no partido e outro no candidato, elegendo-se os que forem mais votados por um ou outro critério).*
- *Pagamento dos precatórios nos termos orçamentados ou na utilização de compensação de impostos nos termos previstos na Constituição Federal Brasileira.*

Conclusão.

O desgaste ocasionado pela não renovação dos quadros políticos, a influência nefasta de financiamento de campanha com conotações de corrupção, o extremo distanciamento do eleitor e de seu representante, a difusão de conteúdos pragmáticos dos partidos políticos, teriam um redirecionamento no sentido de permitir que o cenário político seja novamente encarado como uma nobre e temporária ocupação em defesa das comunidades representadas.

5.3 – Promover a Reforma Tributária

Introdução.

A crescente participação governamental no PIB, alcançando o nível de cerca de 40 % do mesmo, tem sido, talvez, o maior empecilho, juntamente com a política econômica praticada com os juros, do desenvolvimento social a tanto desejado pela sociedade.

Esta distorção tem se agravado recentemente com a Reforma Tributária, que, de modo indireto, voltou a aumentar a participação do governo na economia. Acrescente-se ao custo direto dos 56 impostos cobrados, a necessidade das empresas e profissionais de estarem atualizados com a legislação e em dia com as contribuições e verifica-se o grande esforço do segmento produtivo para manter uma estrutura que não tem correspondido às demandas geradas.

A economia informal é outra evidência da pouca efetividade da arrecadação e de seu sistema, pois cerca de 45 % da economia não tem contribuído em nada para a receita, seja ela em qualquer nível

A Proposta.

Considerado por muitos como uma utopia fiscal, a implantação do Imposto Único sobre a movimentação financeira permite uma grande facilidade de arrecadação através das agências bancárias, diretamente transmitidas ao poder municipal em um percentual pré-definido e ao poder estadual e federal de modo semelhante.

Algumas equipes de auditores podem exercer um controle simples e rígido sobre estas movimentações, a qual inclui indistintamente pessoas jurídicas e físicas, eliminando todos os demais impostos.

A implantação deste sistema já existia, através da CPMF e sua aplicabilidade pode ser feita de maneira gradativa, em percentuais decrescentes até o percentual de 10 % (dez por cento).

Uma vez implantado, o Imposto Único traz uma facilidade de entendimento de sua captação, reduz a informalidade à praticamente zero, a sonegação a níveis baixíssimos e atinge, de modo diretamente proporcional, os valores movimentados.

Conclusão.

Como se trata de uma concepção totalmente nova no sistema tributário, é evidente que são grandes as resistências a sua implantação, mas considerando o sistema financeiro como órgão arrecadador, sua simplicidade acaba por prevalecer sobre todos os demais conceitos.

5.4 – Promover a Reforma do Sistema Carcerário.

Introdução.

A política de repressão criminal de longa data faliu sem que o setor público tenha se dado conta. Principia a problemática com o desatualizado código penal brasileiro, código de processo penal e lei de execuções penais. Esta última ainda longe de sua adequação à Constituição Federal, nunca atendeu aos pressupostos da ressocialização do condenado penal.

Punir mais não significa punir melhor. Pior do que existirem leis penais severas, é a certeza de sua ineficácia punitiva e a certeza da impunidade pelos condenados com possibilidade de constituírem bons patronos em suas causas. Aliás, dê se relevo a outro fator crucial de discriminação social. Os processos judiciais criminais contra os pobres são céleres quando não recebe este vivente, ordem de prisão cautelar, onde muitos presos continuam encarcerados enquanto suas penas, se condenados fossem não passaria da metade delas. São processos raquíticos, de pobre instrução, normalmente trucidados pelo Ministério Público. Processos contra os condenados do tipo traficantes, recheados de capitais, os processos são volumosos, truncados, que muitas vezes acabam prescrevendo ao final da sentença. A democracia é a igualdade entre ricos e a igualdade entre pobres. Posição que jamais se sustentará entre ambos.

Curiosamente os políticos responsáveis pela edição de leis penais, estão convictos de que podem resolver todas as demandas sociais a que se refere o desvio de condutas sociais de qualquer natureza, pela simples edição das mesmas.

Em realidade se trata de uma panacéia de efeito colateral na resolução dos conflitos de natureza social. Trata-se de atos que nada mais constrói senão a população carcerária de forma vertiginosa. No ano de 2009 a população carcerária no Rio Grande do Sul que chegou ao final de 2008 em uma população carcerária de aproximadamente 25.000 presos. A SUSEP deve dispor nada mais que 16 mil vagas para promover a execução penal no Estado.

O resultado de toda esta desordem, afeta em primeiro lugar toda e qualquer garantia e direito fundamental do ser humano, independente de ser condenado ou não. Segundo gera promiscuidade, abusos de toda ordem, violências sem limites e criminalidades. Impede a classificação e o tratamento dos presos, falta de condições da reinserção do preso à sociedade, entre outras desastrosas resultantes decorrentes do atual sistema prisional gaúcho e brasileiro.

Solução:

Após vários trabalhos existentes no universo jurídico e de alguns políticos, chega-se a conclusão de que existem medidas que podem e devem ser tomados entre eles:

- a- A descriminalização de certas condutas, que poderiam ser punidas com penas administrativas.*
- b- Penas privativas de liberdade efetiva e não fictícias;*
- c- Acabar com os regimes abertos, semi-abertos;*
- d- Manutenção da ampla defesa, devido processo legal e do contraditório com maior celeridade processual;*
- e- Construção de presídios para no máximo 500 presos;*
- f- Ocupação em trabalhos administrativos obrigatórios para que o apenado se ocupe no período penal;*
- g- Monitoramento eletrônico dos presos em caso de liberdade condicional;*

-
- h- Acompanhamento do preso para evitar que incorra novamente a tipificação penal ou a sua ordem;*
 - i- Planejamento de ações estratégicas;*
 - j- Reestruturar toda estrutura de organização do sistema penitenciário;*
 - k- Revisão do Plano de Cargos e Remunerações;*
 - l- Expandir o sistema Infopen;*
 - m- Melhor administração das despesas e dos convênios com órgãos da Segurança Pública;*
 - n- Melhorar e capacitar o efetivo funcional da SUSEPE;*
 - o- Processo de promoções funcionais;*
 - p- Melhorar e regulamentar o estágio probatório.*

Finalização

Ao apresentar o Programa 33, o PMN do Rio Grande do Sul busca uma adaptação da Agenda 20 às características sócio-econômicas do Estado e ao mesmo tempo procura criar condições para uma análise de sugestões que permitam uma amplitude a nível nacional.

As prioridades são definidas por círculos de maior ou menor proximidade com a

Missão do PMN, a qual é claramente difusora a partir de

O Ser Humano em 1º Lugar.

CONCLUSÃO

Em toda extensão do presente programa de governo para o Rio Grande do Sul, verifica-se a valorização do ser humano como elemento central formador do tecido social a quem em última análise é endereçado o presente programa e que ora é submetido a apreciação dos debates públicos na campanha eleitoral de 2010 em todas as eleições.

Reveste-se o tema de apurada análise objetiva e subjetiva com relevo programático, sobretudo, das graves distorções representativas das verbas tributárias recolhidas no Rio Grande do Sul, transferidas para a Capital Nacional, ferindo de morte o princípio federativo dos Estados brasileiros.

Embora revestidos da legalidade constitucional, os temas aqui abordados renovam a esperança de que, mesmo com a sangria tributária imposta pelo Estado Brasileiro contra os Estados e Municípios, é possível recompor a estrutura do Estado Democrático de Direito. A previsão urgente na reformulação do conceito da política nacional e do próprio “ser” político, despido de credibilidade no contexto nacional, encontra resistência do processo eleitoral, visto estarem esgotadas as vias respiratórias de oxigenação das necessidades básicas da população gaúcha no atual quadro político nacional.

Assim sendo, a maior fatia do bolo tributário brasileiro é depositado nos cofres do Governo Central, somando 70,00% de tudo o que se arrecada no país. Outros 25% do bolo tributário o Estado Federado se encarrega de abocanhar, ao passo que o Município fica com os ínfimos 5% de tudo o que se arrecada no país.

A federação brasileira e os entes políticos que compõe a estrutura do Estado Federal, se reveste de enorme injustiça tributária que precisa ser corrigida com urgência. Não há mais lugar para o desperdício e muito menos para gastos desnecessários, como os de publicidades, viagens internacionais, despesas corporativas injustificadas, financiamentos de corporações sociais, que mais parecem como para militares que defesa de interesses sociais.

Nada justifica tamanha discrepância também na representatividade parlamentar. Não é possível que 48 mil votos elejam um deputado federal pela Roraima enquanto que para São Paulo são necessários mais de 500 mil votos para eleger o mesmo deputado federal. Embora limitados ao máximo de 70 e mínimo de 8 deputados federais, se o peso do voto é igual para todos, há enorme distância da representatividade política entre as regiões de maior ou menor população do país, o que acaba impondo injustas e inadequadas distribuições de verbas orçamentárias. Aliás, por oportuno, há que se ratificar que além destas disparidades, reveste-se o modelo de distribuição de receitas decorrentes do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios que não se coadunam com a realidade social do país.

Assim, o Partido da Mobilização Nacional, pretende focar sua campanha, chamando atenção a todos os seus candidatos a Deputado Federal e Deputado Estadual, adotar políticas que visem resgatar a dignidade da pessoa humana que passa necessariamente pela reformulação política, hoje predatória e injusta, que mais parece modelo escravagista autoritário que propriamente da participação democrática de via única das receitas tributárias impostas aos contribuintes brasileiros, sem a devida aplicação em suas rubricas constitucionais.